



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**SITUAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES SURDOS EM  
UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CARINHANHA-BA**

**ENIR GONÇALVES COSTA**

**ORIENTADOR (A): ERIVALDO FERNANDES NETO**

**BRASÍLIA/2015**



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**ENIR GONÇALVES COSTA**

## **SITUAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CARINHANHA-BA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
do Departamento de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Erivaldo Fernandes Neto

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ENIR GONÇALVES COSTA

### **SITUAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CARINHANHA-BA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ERIVALDO FERNANDES NETO (Orientador)

---

NOME DO EXAMINADOR (Examinador)

---

ENIR GONÇALVES COSTA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

Dedico este trabalho aos meus filhos Ítalo, Ítala, Ícaro e ao meu esposo José Milton, assim como a todos os alunos com deficiência que lutam com coragem de para superar as condições adversas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me capacitar para desenvolver este trabalho.

Aos meus familiares por fazerem parte consciente ou sem perceber de toda esta história, me-encorajando nos momentos de desânimo e alegrando nas vitórias e conquistas. Por isso, a todos vocês que fazem parte da minha vida, muito obrigada, vocês também fazem parte desta conquista.

Agradecer as minhas tutoras Ane e Maria de Lourdes pelo incentivo. A minha tutora a distância Silvia Urmilla e o meu orientador Erivaldo Fernandes Neto por suas orientações e dedicação.

“Antes de ensinar a ler, é preciso ensinar a ver o mundo”.

Paulo Freire

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda primordialmente questões que permeiam a inclusão do aluno surdo na rede pública de ensino, confrontando a política nacional de educação inclusiva com dados qualitativos obtidos a partir da opinião dos próprios entes envolvidos no processo de inclusão escolar. Objetivando construir um diagnóstico mínimo da realidade educacional dos estudantes surdos na rede pública municipal de ensino da cidade de Carinhanha. Para realização do objetivo geral, foram construídos instrumentos de pesquisas qualitativas, através de entrevistas semiestruturadas. A motivação para construção do trabalho veio da conclusão de que a comunicação dos estudantes surdos é um dos principais desafios para inclusão escolar das pessoas com deficiência. Cujo Objetivo é Observar se os apoios ofertados no sistema de ensino são suficientes para atender as demandas dos estudantes surdos.

**Palavras-Chave:** Educação; Inclusão; Surdez.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1.</b> Dados de análise dos professores entrevistados.....	29
<b>QUADRO 2.</b> Quantos alunos são atendidos com surdez no AEE?.....	31
<b>QUADRO 3.</b> Quais as dificuldades os estudantes surdos apresentam? .....	31
<b>QUADRO 4.</b> Quais as dificuldades dos professores em trabalhar com alunos surdos?.....	32
<b>QUADRO 5.</b> Quais os avanços ocorreram no período de adaptação de alunos com surdez?..	32
<b>QUADRO 6.</b> Como é desenvolvido o acompanhamento psicológico destes alunos?.....	33
<b>QUADRO 7.</b> São encontradas barreiras na aceitação destes alunos na rede pública?.....	34
<b>QUADRO 8.</b> Na interação entre alunos, os mesmos são vítimas de preconceito?.....	34
<b>QUADRO 9.</b> Como o professor lida com estes casos?.....	34
<b>QUADRO 10.</b> Como é possível alcançar o que se espera da inclusão de alunos com deficiência na rede pública de ensino?.....	35
<b>QUADRO 11.</b> Como profissional, como você vê a inclusão de alunos com surdez na rede pública?.....	35
<b>QUADRO 12.</b> Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?.....	36
<b>QUADRO 13.</b> O Período dedicado ao atendimento educacional especializado no contra turno da escola é suficiente para obter resultados satisfatórios junto aos estudantes?.....	37
<b>QUADRO 14.</b> Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda qual o método de comunicação usado com o estudante surdo?.....	37
<b>QUADRO 15.</b> Os demais estudantes fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda como ocorre a interação entre os demais estudantes e o estudante surdo?.....	38
<b>QUADRO 16.</b> O estudante surdo participa de todas as atividades realizadas em sala?.....	38
<b>QUADRO 17.</b> Você usa alguma metodologia diferenciada durante as aulas, para garantir a participação efetiva do estudante surdo?.....	38
<b>QUADRO 18.</b> O atendimento educacional especializado tem sido suficiente para o desenvolvimento satisfatório do estudante surdo?.....	39
<b>QUADRO 19.</b> Existe um professor apoio ou um interprete de Libras para auxiliar durante as atividades em sala de aula?.....	39
<b>QUADRO 20.</b> Existe uma socialização positiva entre o estudante surdo e os demais colegas? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.....	40



<b>QUADRO 21.</b> A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda do estudante surdo?.....	40
<b>QUADRO 22.</b> Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?.....	40
<b>QUADRO 23.</b> Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência auditiva na rede comum?.....	41
<b>QUADRO 24.</b> O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência auditiva?.....	41
<b>QUADRO 25.</b> Os estudantes surdos são alfabetizados em Libras?.....	42
<b>QUADRO 26.</b> Diagnóstico 1 - feito com aluna da rede regular de ensino.....	42

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b>	11
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	13
2.1. A Educação Especial na rede regular de ensino	13
2.2. Alunos surdos na rede regular de ensino	17
<b>3 OBJETIVOS</b>	23
3.1. Objetivo geral	23
3.2. Objetivos Específico	23
<b>4 METODOLOGIA</b>	23
4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia	23
4.2. Contexto da Pesquisa	24
4.3. Participantes	25
4.4. Materiais	25
4.5. Instrumentos de Construção de Dados	25
4.6. Procedimentos de Construção de Dados	27
4.7. Procedimentos de Análise de Dados	28
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	29
5.1. Respostas entrevistas dos professores do AEE	31
5.2. Respostas das entrevistas dos professores da Escola Classe	37
5.3. Observação do estudante surdo	42
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	45
<b>REFERÊNCIAS</b>	47
<b>APÊNDICES</b>	49
Apêndice A - Roteiro de entrevistas para o Professor	49
Apêndice B - Roteiro de entrevistas para os Professores do AEE - Atendimento Educacional Especializado de Carinhonha	50
<b>ANEXOS</b>	52
Anexo A. Carta de Apresentação	52
Anexo B. Termo de consentimento da instituição	53
Anexo C. Termo de livre consentimento	54

## 1. APRESENTAÇÃO

A política de inclusão de estudantes com deficiência na educação básica<sup>1</sup> trouxe vários desafios para as escolas comuns, tais como: demanda por preparo dos profissionais da educação, adequação e adaptação das estruturas e equipamentos escolares, pensar os apoios humanos e ambientais, a falta de integração da educação com outras áreas fundamentais para o desenvolvimento satisfatório das pessoas com deficiência, como saúde e assistência social. Em meio desta temática abrangente estão listadas as necessidades das crianças surdas ao serem inseridas no ambiente escolar, ou seja, "o que as crianças com suas singularidades precisam é, mais do que um agrupamento social inclusivo, é ter um acesso eficaz ao conhecimento". (KELMAN, 2010, p. 1)

Pensando nestas questões surge à proposta deste trabalho, que aborda especificamente o processo de inclusão escolar dos estudantes surdos e as várias questões que permeiam esta temática. Assim apontamos a comunicação como uma das principais barreiras a ser superada, pois ainda são poucas as pessoas instruídas para fazer uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) entre surdos e ouvintes, e essa é uma condição crucial para socialização e aprendizagem. Conforme o Ministério da Educação:

Tendo em vista que o processo de aquisição de linguagem acontece da mesma forma em crianças surdas e ouvintes, é importante que as crianças surdas sejam expostas o mais cedo possível a um ambiente linguístico em Libras para que adquiram sua língua natural e possam vivenciar as experiências que uma língua possibilita. (BRASIL, 2014, p. 34)

E esta necessidade esbarra justamente no fato de que poucos são os profissionais e as pessoas na sociedade que dominam a LIBRAS, portanto estes são apresentados à língua de sinais, apenas na rede de ensino, quando esta tem profissionais que detém tal conhecimento. Com base no que estes estudantes precisam, surge para os profissionais da educação, um desafio enorme, que é trabalhar com estudantes que não ouvem e não falam de maneira convencional. No entanto, o primeiro passo é acreditar nas potencialidades do estudante e buscar novos caminhos para trabalhar com essas pessoas que se utilizam de formas alternativas de linguagem em sua comunicação. (BRASIL, 2014, p. 34) Precisamos

---

<sup>1</sup> *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008)

reconhecer o papel que a língua desempenha na produção da experiência, pois ela é a condição necessária para que as experiências possam ser compreendidas e compartilhadas.

Sabe-se que, a principal forma sistematizada de comunicação da pessoa surda é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), portanto é consenso que esta deveria ser universalizada entre os profissionais da educação, pois é imprescindível para a inclusão do surdo na escola regular e consequentemente na sociedade, de forma que todos pudessem vir a se entender.

A motivação para construção do trabalho veio da conclusão de que a comunicação dos estudantes surdos é um dos principais desafios para inclusão escolar das pessoas com deficiência. Considerando que para vencer tantas dificuldades é necessário "avançar nos mecanismos de aprimoramento do letramento dos alunos surdos nas classes comuns". (KELMAN, 2010, pg. 1) Ou seja, é preciso pensar a inclusão não apenas como o ajuntamento de diversos alunos, mas como um processo que deve ter em vista o aprendizado satisfatório. "O aluno surdo necessita de uma metodologia diferenciada de ensino da leitura e escrita da língua portuguesa, se comparado com o seu par ouvinte. O português é a segunda língua do surdo (L2), sendo sua primeira língua a língua de sinais." (KELMAN, 2010 p. 1) E esta especificidade não pode ser uma barreira intransponível para o aprendizado da pessoa, e que a escola regular seja o mecanismo para superação das barreiras.

Está na nossa Constituição Federal, que versa acerca da educação em geral em seu Art. 225, que afirma, "a educação é direito de todos e dever do estado". E por ser um direito garantido por lei, a Educação Inclusiva se torna uma ponte para uma sociedade realmente igualitária, contudo, ainda constitui-se em um desafio, aplicar o estabelecido por Lei na realidade prática. Por esta razão questionamos: Quais são as estratégias possíveis para educação de estudantes surdos? A partir desta questão central, o estudo aborda como são estruturadas atualmente as estratégias educacionais para os estudantes surdos na rede comum de ensino na cidade de Carinhanha e o que poderia ser melhorado, tendo como base de pesquisa a Escola Classe.

Segundo Carvalho (2002), a educação inclusiva enxerga a deficiência de maneira mais humana, entendendo a deficiência e a diferença, reconhecendo que todas as crianças são diferentes, e que as instituições e sistemas de ensino precisam ser mudados para atender as necessidades de cada um dos estudantes, com ou sem deficiência. A educação inclusiva não

visa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças, usando de diferentes métodos de ensino como resposta as diversas necessidades.

Observando os alunos surdos que estão inclusos na Escola Classe do ensino regular da rede pública municipal, decidi conversar com a diretora e professores, para saber como se dá a questão da inclusão desses alunos nessa instituição e discutir um pouco a respeito das estratégias utilizadas.

O que se pretende aqui é investigar, a educação inclusiva de alunos surdos a partir do olhar dos professores, para que passamos ter um parâmetro de como ocorre a inserção dos alunos surdos na rede regular de ensino e a construção de seu conhecimento.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. A Educação Especial na rede regular de ensino.**

O que tem-se buscado através das lutas de pais e organizações não governamentais ao longo dos tempos é que as pessoas com necessidades especiais pudessem ter tratamento igualitário. Toda esta luta se deu para que se conseguisse tirar estes indivíduos da reclusão e do isolamento, em que muitos ficavam confinados, acreditando -se serem incapazes de interagir, aprender e se adaptar a sociedade. Práticas que tinham muitas vezes o discurso com o cunho de proteção e cuidados; restringindo a muitos a terem apenas tratamento terapêuticos e médicos ou em ambientes especializados para curá-los ou restringi-los ao completo ostracismo. Conforme o PARECER CNE/CEB Nº 17/2001:

Os indivíduos com deficiências, vistos como "doentes" e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de direitos sociais entre os quais se inclui o direito a educação. (CNE, 2001, P. 19)

Estes períodos podem aparentemente estar no passado, contudo ainda se consideram como doentes as pessoas com deficiências, e o processo de adaptação e de inserção na sociedade mesmo garantido por leis e pelas campanhas de inclusão, se esbarram em preconceitos dúvidas e medos. E "ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e

graves", decorrendo daí barreiras ao desenvolvimento e a inserção destes no processo de aprendizagem. Aceitar e considerar que as diferenças, mesmo sendo muitas vezes graves não impede o portador de deficiência de se relacionar e aprender e até mesmo se inserir no mercado de trabalho ainda é uma dificuldade. (CNE, 2001, P. 19)

E quando se fala em educação este problema se agrava, visto que, tende-se a isolar em núcleos separados estas pessoas, o que constitui um grande desafio para aqueles que lutam para acabar com os preconceitos e garantir o acesso e permanência destes alunos nos meios sociais e nas redes de ensino regular, e é aí que se expõe e ficam contundentes, as dificuldades enfrentadas pela sociedade e pelos diversos profissionais que trabalham diretamente com estes alunos.

Mediante estes aspectos, existe uma questão chave: É possível enxergar o diferente e não trata-lo como diferente? O que se pretende dizer com isso é que, se somos todos diferentes, como podemos ser vistos e tratados como iguais? E quando isto se torna um problema? Na diversidade de cores, formas, jeitos, habilidades, capacidades, são muitos os aspectos que diferenciam a todos, e é daí que advêm o preconceito daqueles que são maioria ou são vistos como "normais" e tendem a excluir as minorias. "Em nossa sociedade, ainda há momentos de séria rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa". (CNE, 2001. p. 25) Uma condição seria que se resvala com todos os discursos de unidade e igualdade de direitos. Assim sendo:

O que fazer com a diferença? É preciso pensá-la sem fazer comparação com "algo". A diferença aqui não deve nos levar ao que se discute no Caderno de grandezas e Medidas, não se trata de estabelecer um padrão comum, não se trata de classificar e hierarquizar... (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 9)

O que se pretende na verdade é situar cada um em seus aspectos específicos sem que este seja visto como, melhor ou pior, capaz ou não capaz. É importante salientar que podemos ser diversos em nossas características físicas, culturais e sociais, mas todos querem e necessitam ser tratados com respeito, tendo as mesmas oportunidades e igualdade de direitos.

O desafio é pensar a diferença como parte ativa da identidade das pessoas que por ela ou através dela não se tornam nem melhores e nem piores, nem superiores e nem inferiores, elas se tornam "apenas" o que são, e nós convivemos com elas como nós somos e como elas são. Este é o sentido afirmativo de conviver (ou viver com) a diferença. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 9)

Saber que temos muitos aspectos que nos fazem diversos deveria facilitar a integração de todos, principalmente aqueles que pertencem as minorias, contudo, ainda se tem um longo caminho a seguir para minimizar os efeitos de longos anos de um tratamento excludente e de

desvalorização da pessoa com deficiência. O preconceito muitas vezes esteve escamoteado nos discursos de proteção e caridade, esquecendo-se da consideração e da valorização individual de cada um.

E quando todos estes aspectos saem do papel e passam a exigir que mudanças ocorram na concepção existente acerca destes indivíduos, no momento em que se entende todos como pessoas, não as rotulando a partir de sua situação ou condição, se nota o quanto tem se perdido e ou deixado de lado pelo simples descaso ou desconhecimento e este é um outro ponto que é muito importante salientar, as consequências do desconhecimento existente acerca da capacidade de desenvolvimento da pessoa com determinado tipo de deficiência e suas especificidades, esbarrando na grande questão que é: como fazer com que estas pessoas se desenvolvam no âmbito intelectual, cultural e social? Quais mecanismos serão utilizados para que a inclusão seja de fato uma realidade? E é aí que a escola entra em toda essa dinâmica e vem a se tornar o cenário possível para que tudo isto ocorra.

Mas o acolhimento de alunos com necessidades educacionais especiais não se resume apenas ao colhimento destes em sala de aula, é preciso criar mecanismos plausíveis e se organizar considerando a prática pedagógica social da educação inclusiva, e chegar à repostas para as questões citadas acima, ao se ter embasamento suficiente acerca dos métodos, conceitos e formas específicas para se fazer a inclusão de fato.

Dessa forma, a educação especial- agora concebida como o conjunto de conhecimentos, tecnologias, recursos humanos e materiais didáticos que devem atuar na relação pedagógica para assegurar resposta educativa de qualidade às necessidades educacionais especiais. (CNE, 2001, p. 45)

Toda resposta educativa não pode estar dissociada da diversidade de fatores que perfazem a prática pedagógica principalmente no que diz respeito a educação especial, devendo assim, "vincular suas ações cada vez mais à qualidade da relação pedagógica e não apenas a um público-alvo delimitado, de modo que a atenção especial se faça presente para todos os educandos" para que, o sucesso escolar esteja sendo foco em todas as fases de desenvolvimento do aluno e para todos indistintamente, vivendo-se assim uma inclusão que não foca apenas naquele considerado deficiente ( mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas), mas sim fazendo com que este se integre a realidade escolar, sendo atendido de forma a se adaptar e crescer conforme seus limites.

Mas a escola é parte de uma sociedade complexa, regulada por leis, e tem sido a legislação "externa a escola" que vem fornecendo garantias dos direitos dos alunos,

em particular daqueles com deficiências, transtornos globais e altas habilidades/superdotação. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 9)

É na escola que a criança esbarra na realidade social, pois é na escola que a criança convive com a diversidade, já que é o espaço em que ele se percebe diferente, com isso, o professor deve mediar às relações de modo a buscar desenvolver as potencialidades e não acentuar as dificuldades inerentes a cada caso específico. Levando-se em conta que a Lei garante que todos tenham igualdade de direitos e a forma de tratamento deve ser igualitária. Mas não se pode esperar que apenas a Lei garanta estes direitos, que são inerentes a todo ser humano, vemos que isto não tem sido suficiente, visto que, é necessário que a inclusão educacional seja vivenciada não como imposição, e sim como um desejo real daqueles que fazem parte da sociedade e da escola.

A escolar deve incentivar a convivência harmônica, se tornando meio efetivo de combate a atitudes discriminatórias, com profissionais preparados e motivados para atender e entender as peculiaridades de se trabalhar com o diverso. Existem muitas barreiras a serem superadas, contudo percebe-se que ao longo dos anos muito tem sido feito para minimizar os efeitos de uma história de reclusão das pessoas com deficiência, em que todos eram vistos como incapazes e, portanto deveriam ser confinados em grupos iguais de atenção, esquecendo-se de trazê-los para o meio de interação social em igualdade de oportunidades.

Para tanto, foi preciso estabelecer relações com a sociedade, com os pais e diversificar todas as opções de trabalho, integrando ações e partilhando as responsabilidades.

Entende-se por inclusão a garantia, a todos do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (CNE, 2001, p. 20).

Neste sentido, acolher não se restringe apenas em abrir as portas da sala de aula, mas garantir que ao adentrar ao ambiente escolar estas pessoas tenham acesso ao conhecimento, sem serem vistos como estorvos ou incapazes, usufruindo da escola assim como todos os outros alunos ao ser desenvolvido formas e projetos capazes de incluir sem diferenciações, enfim, por conseguinte tornar a inclusão uma realidade vivida por todos aqueles que estão dentre os muitos que precisam de atendimento especializado, sem que sejam excluídos em suas diferenças.

Quanto a estudante surda em específico, ainda se levanta a necessidade de que a linguagem seja desenvolvida, a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira



língua e da Língua Portuguesa escrita como segunda língua, o que caracteriza a educação bilíngue. Pensando nesta singularidade o Ministério da Educação, na resolução Nº 2, ao definir as diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Neste sentido, as Diretrizes curriculares nacionais para a formação dos profissionais em magistério contidas no PARECER CNE/CP Nº 2/2015. Pg. 06, prevê no art. 5 que "a formação dos profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente". Neste tocante, o profissional da educação deve também dispor do ensino de libras para que se possa trabalhar com este público. (CNE, 2015, p.06)

Neste sentido, as Diretrizes curriculares nacionais para a formação dos profissionais em magistério, considera no Art. 15 §3º que "os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação [...] Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (CNE, 2015, p.14)

## **2.2. Alunos surdos na rede regular de ensino.**

Sabemos que todos têm direito de estarem inclusos na rede regular de ensino, e que esta foi uma conquista árdua, resultado de um processo gradativo de lutas na defesa de um sistema educacional que contemple a todos indistintamente. Os desafios foram muitos e ainda são resvalando-se em conceitos historicamente enraizados. "A ideia de que pessoas surdas poderiam receber uma educação escolar só foi compreendida pela sociedade tardiamente. Mesmo assim ocorreu de forma gradual e lenta". (KELMAN, 2010, p. 141)

E essa lentidão se deu a partir da ideia de que a pessoa com deficiência seria dentre outras coisas incapaz de aprender e esta visão decorria do fato da pessoa surda se expressar de maneira diferente, muitas vezes não compreendida. Os surdos eram "considerados incapazes e excluídos da sociedade, sem que seus direitos básicos fossem garantidos, entre eles o direito a educação". (KELMAN, 2010, P. 141) Conforme as mudanças foram ocorrendo e os avanços em estudos e pesquisas se aprofundando, foram criados meios eficazes para o ensino de

peessoas surdas, mas ainda sim, até hoje se esbarra em preconceitos acerca da forma e método de ensino, bem como se estes poderiam se adaptar a estes métodos.

Muito ainda é questionado até por que a pessoa com surdez tem uma forma de linguagem própria, e este fator por si só se reflete na ideia de que a pessoa surda não consegue se integrar por conta da barreira comunicacional, ou seja, havia e ainda há uma confusão entre a surdez e a capacidade ou incapacidade intelectual do indivíduo, dificultando ou muitas vezes impossibilitando as relações de ensino aprendizagem e fortalecendo o discurso de inferioridade e incapacidade. Deixando a cargo destes a responsabilidade dos mesmos seguirem as instruções e aprenderem conforme suas limitações.

Todo o contexto histórico que permeia o desenvolvimento do ensino de alunos surdos levaram a reflexões acerca dos métodos, mecanismos e formas de ensino para a pessoa surda, de modo que a escola precisou criar conteúdos pedagógicos capazes de atingir ao seu propósito, pois "a escola é lugar privilegiado do ensino da língua e que ao contemplar um currículo específico este precisa ultrapassar as limitações de transmissão de um código alfabético". (Maciel, 2010, p. 103)

Conjuntamente com o direito a educação que é garantida por lei, a pessoa surda teve também garantido o direito ao reconhecimento de suas habilidades, como também a promoção de mecanismos para o desenvolvimento destes no espaço escolar. Liberando e explorando as potencialidades do aluno para que este se manifeste das mais diferentes maneiras, colocando para fora ideias, sentimentos, capacidade de se relacionar e interagir com o mundo, podendo inclusive debater fatos e conhecimentos de igual para igual.

Mas a quem cabe o papel de promover tal interação? A resposta mais plausível é a escola, por que, a mesma vem a se tornar o espaço que possibilita esta interação tendo a incumbência de promover o processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência auditiva, sendo utilizados recursos que visam facilitar o entendimento acerca dos assuntos aplicados, e assegure que se obtenham de fato conhecimentos e promova a autonomia dos mesmos.

No tocante a este processo é preciso se desprender de conceitos antigos que enfatizavam os pontos negativos ao se lidar com a pessoa surda, requerendo que se desenvolva o ensino com professores cientes da linguagem de sinais, para que este se aplique de forma contundente no processo de ensino aprendizagem e na vida destes indivíduos. Neste

contexto é preciso que se quebre as barreiras na comunicação principalmente "quando se trata, por exemplo da educação dos surdos, considerando que lhes é facultado efetivar sua educação por meio da língua portuguesa e da língua brasileira de sinais". (CNE, 2001, p. 51). Assim sendo conforme o Ministério da educação estabelece:

A concepção de surdez, fundamentada em base antropológica e cultural, é uma das mais importantes balizas do movimento dos Surdos, que busca seu reconhecimento como um grupo linguístico minoritário que compartilha tanto uma língua em comum quanto uma cultura a que chama de Cultura Surda. (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 31)

Reconhecer que existe de fato um grupo de pessoas bilíngues e que as pessoas com deficiência auditiva precisam deter conhecimento acerca das duas formas de linguagem, para que possam se expressar e de fato se integrar e interagir de igual para igual é o que se espera com as determinações do Ministério da Educação. No processo regular de ensino lhes é garantido por lei obter este e os demais conhecimentos, no que confere as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais em magistério o mesmo prevê:

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade; (CNE, 2015, p. 6)

A concepção de incorporar ao processo pedagógico a promoção de espaços especializados foi desenvolvida ao longo dos tempos e se fundamenta nas lutas destas classes por melhorias de vida, e é justamente por esse fator que atualmente se tornou um meio balizador para que não se perca de vista o que motiva o desenvolvimento da linguagem. Contudo é fato de que a maior parte dos profissionais da rede regular de ensino não tem conhecimento da Libras. Com base nisso, quais as consequências deste fator para o processo de desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem de pessoas surdas?

Ao adentrarmos nesta questão da comunicação e linguagem dos alunos surdos, nos esbarramos com o discurso de despreparo por parte dos profissionais e a ausência de recursos especializados para o trabalho com estes alunos. E outra vertente que enfatiza a presença de especialistas em sala de aula, limitando assim ao professor regular apenas a tarefa de transmitir os conhecimentos pedagógicos e conceitos sem que necessariamente este aplique o uso de libras.

Com base nisso os professores devem estar cientes de que a inclusão do aluno com deficiência auditiva requer do mesmo uma preparação, mas advém daí outra dúvida. Que preparação seria esta? A que ela se aterá? É de fato de responsabilidade apenas do

especialista o conhecimento específico de libras? Enfim mesmo que o profissional não esteja habilitado para ministrar aulas com o uso de libras, é perceptível que ficaria limitado na presença de alunos surdos requerendo sempre que outros profissionais estejam ao seu lado e necessitando do encaminhamento dos alunos a salas especializadas. Ou seja, garantir o direito adquirido de aprendizagem, vai além da inserção deste no âmbito escolar, é preciso assegurar que este de fato aprenda e para tal deve-se criar um ambiente propício para que o aluno permaneça e avance.

### **2.3. As diretrizes para a educação de alunos surdos**

Muito se fez para que fosse reconhecido como norma um modelo de ensino para pessoa surda. Em 1994, por exemplo, se reconheceu a diferença linguística existente como fator determinante para aprendizagem do surdo, tendo um investimento grande em escolas especiais para surdos. Mas somente em 2001, que de fato foi se estruturando o debate programático da inclusão como fator necessário para o desenvolvimento destas pessoas no âmbito escolar, considerando os princípios para o respeito e a convivência escolar. A partir deste período, buscou-se o equilíbrio entre incluir e educar e a legislação avançou em todo o processo de ensino da pessoa com deficiência auditiva.

Em 2002 finalmente foi sancionada a Lei 10. 436 que dispõe sobre o ensino de Libras e passou a vigorar em todo o país, sendo um passo valioso para o reconhecimento da língua principal da comunidade surda. Ao reconhecer a Libras como língua oficial, e as demais expressões a ela associados, como forma das pessoas surdas se comunicarem e se expressarem com estrutura gramatical própria, também se garante o direito destas terem autonomia e serem respeitadas em sua diferença de comunicação. E o que muda de fato quando o assunto é inclusão? Ao se garantir por Lei que o surdo tenha sua própria Língua (Libras), abre-se espaço para o estudante seja alfabetizado nas duas línguas, sendo a Libras a primeira língua e a Língua Portuguesa escrita a segunda.

Desta maneira, a discussão acerca da inclusão vem estabelecer a partir de um ponto de interrogação e de reticências, focando a discussão acerca das pessoas com deficiência auditiva, e saber que estes tem sua linguagem própria - a Libras, fazendo com se quebre preconceitos e se estabeleçam Leis que forcem a uma visão mais aberta, numa sociedade que

ainda esta entranhada pelos resquícios da ignorância de outrora. Pensando nestas questões é que o Parecer CNE/CP nº 2/2015 diante de suas regulamentações acentua que:

Considerando que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico. (CNE, 2015, p. 02.)

Assim sendo a luta por uma educação que contemple os direitos humanos, em principal daqueles que ainda estão à mercê de uma sociedade excludente é uma necessidade premente. Assim tem sido observado pelo Ministério da Educação, pois não basta que se enfatize que todos têm direitos é preciso que se coloque tais direitos em prática e a estratégia principal para isso passa pela formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a educação. Para que os alunos aprendam a Libras precisam ter professores aptos e a escola detém o papel fundamental nesse processo, pois deve incentivar o profissional de educação para que este também aprenda a linguagem de sinais, para que este seja, portanto, o interlocutor capaz de transmitir tais conhecimentos, sendo imprescindível para que a criança surda tenha plenas chances de se desenvolver. Dentre os princípios da formação de profissionais do magistério da educação básica esta:

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e a valorização da diversidade e, portanto, contraria a qualquer toda forma de discriminação; (CNE, 2015, p. 4.)

Pensando na diversidade foi sancionado as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, com o estabelecimento destas diretrizes tanto os estudantes quanto os profissionais do Magistério garantem a obtenção de apoio, pois é através destas políticas de desenvolvimento da educação, que se aplicam recursos diversos na formação destes professores para o exercício da docência na educação focando também nas respectivas modalidades de educação, as quais dentre elas esta a Educação Especial, bem como, nas diferentes áreas do conhecimento e com a integração entre elas.

Considerando que para isso é preciso que o profissional da educação esteja preparado, Chama a atenção para o desenvolvimento da pessoa nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, o fato de enfatizar que é preciso que se possibilite e promova um espaço com uma visão ampla acerca da linguagem, que não restrinja o conhecimento linguístico pelo contrario

mostra que é preciso se criar um espaço em que se possa crescer sem limitações acerca do processo de aprendizagem e linguagem.

A Linguagem dentro da educação inclusiva não pode se tornar um entrave para o desenvolvimento educacional, portanto, embora a transformação desejada não foque apenas no aluno, este ainda é considerado o foco principal para aqueles que atuam na educação. Contudo a escola e o profissional da educação tem papéis preponderante nas novas diretrizes, visto que, a estes são impostos a responsabilidade pelo desenvolvimento de ensino-aprendizagem, acerca desta questão o PARECER CNE/CP Nº 2/2015, enfatiza que "pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que produz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas e da educação básica e da profissão..." Ou seja, o profissional deve entender e assegurar que sua atuação abranja não apenas o currículo mas que tenha consciência da diversidade, enfatize o respeito as diferenças sejam elas quais forem. Conforme a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos profissionais em magistério dentre outras coisas considera que:

Considerando que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacionais da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade. (CNE, 2015, p. 01)

A defesa da escola inclusiva aberta a todos, tem como fundamento a noção de que o processo de desenvolvimento passa pelo convívio com as diferenças, afinal, é na educação básica que se constrói o alicerce para uma sociedade também inclusiva. A inclusão escolar é uma revolução silenciosa, ainda não aconteceu totalmente, pois, para que isso aconteça é necessário investir em formação de educadores, fazendo com que a Libras, seja parte do cotidiano, não se restringindo a sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Enfim o Brasil procura adotar medidas para a inclusão dos estudantes surdos criando meios para que o processo de inclusão deixe de existir apenas no discurso. Assim a aprendizagem de alunos surdos incluídos, abrange dentre outras coisas o conhecimento e o uso da Libras, focando também na preparação e adaptação da escola, bem como a formação de professores especializados. Criando políticas públicas e gestão da educação, com

fundamentos e metodologias, para os direitos humanos, para que esta demanda seja atendida e a educação inclusiva de alunos com deficiência auditiva avance, levando se em conta a linguagem, possibilitando a integração entre o uso de Libras e a língua portuguesa escrita.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo geral**

Observar se uma escola da rede municipal de educação de Carinhanha está suficientemente preparada para inclusão dos alunos surdos em salas regulares do ensino comum.

#### **3.2. Objetivos específicos**

- Identificar quais as dificuldades encontradas pelos professores na realização das atividades com alunos surdos;
- Analisar se a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizada em sala de aula;
- Verificar se são desenvolvidos métodos e técnicas diferenciadas com alunos surdos na rede regular de ensino;
- Apresentar um breve relatório de como está ocorrendo a inclusão escolar do estudante surdo na rede regular de ensino.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia**

A metodologia usada é de base qualitativa, seguindo as orientações de Martins<sup>2</sup>, garantindo a diversidade de formas de construção de dados da pesquisa, buscando exprimir o máximo de informações dos contextos estudados. Segundo Martins (2004. p. 292) "a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la". Para assim abstrair o máximo de informações no intuito de fazer uma análise acurada, sem perder de vista detalhes imprescindíveis na equalização dos resultados.

Seguindo os objetivos propostos, a coleta de dados qualitativos foi feita através de uma pesquisa de campo em uma escola que tem estudantes surdos. Os dados foram obtidos por meio de protocolos de observação, entrevistas semiestruturadas e coleta de dados em documentos oficiais.

Todos os dados obtidos foram estudados com base em hipóteses e orientação de leituras atuais de teóricos de referência na área. Dentre os quais estão: Kelman, Mello, Carvalho, Costa, como também as Leis e Pareceres referentes ao tema, os quais são de suma importância para a construção conceitual do presente trabalho.

### **4.2. Contexto da Pesquisa**

O estudo realizado teve como foco uma escola da rede municipal de Carinhanha no estado da Bahia. Durante toda análise o nome real da escola foi substituído, com o objetivo de preservar a identidade dos envolvidos no estudo. Ela foi nomeada de Escola Classe.

---

<sup>2</sup> Martins, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004



A Escola Classe foi fundada no ano de 1988, conta com uma média de 389 alunos, funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, do 1º ao 9º ano, e conta com um quadro de funcionários composto por: 01 Diretora, 02 Vices diretoras, 01 coordenadora, 15 professores com licenciaturas em Letras, Pedagogia, Matemática, Geografia, História, 01 auxiliar de secretaria, 03 merendeiras, 03 faxineiras, 01 porteiro e 01 vigia.

#### **4.3. Participantes**

A pesquisa contou com a participação de 4 professores para as entrevistas, e 2 alunos foram observados em sala de aula. Dos professores que fizeram parte das entrevistas, 2 fazem parte da rede básica de ensino da Escola Classe e de 2 professores que atuam no Centro de Atendimento Educacional Especializado de Carinhanha.

A Observação dos estudantes de base para comprovação dos dados qualitativos informados nas entrevistas. Foram utilizados nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes: Josefina; Mariana; Antonieta; Josefa. As estudantes também foram denominadas com nomes fictícios Bianca e Taís.

#### **4.4. Materiais**

Foram utilizados os seguintes materiais:

- 1 Gravador de áudio;
- 6 questionários impressos;
- 1 relatório impresso sobre os dados coletados;
- Um computador com conexão com a internet, para transmissão de conteúdos e pesquisa de bibliografia.

#### **4.5. Instrumentos de Construção de Dados**

A coleta de dados qualitativos foi feita através de roteiros de entrevista, devidamente estruturados para atender ao proposto nos objetivos. Os roteiros foram aplicados em entrevista com os professores da sala de aula comum do ensino regular e do Centro de Atendimento Educacional Especializado. A Observação participante foi feita durante os anos de 2014 e 2015, com análise dos alunos em sala de aula e aplicação de 2 textos: O poder da superação na turma nº 1; e O planeta Lilás, para avaliação de aprendizagem e análise do comportamento das alunas em sala de aula.

##### **Roteiro de entrevistas para o Professor**

1. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda qual o método de comunicação usado com o estudante surdo?
2. Os demais estudantes fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda como ocorre a interação entre os demais estudantes e o estudante surdo?
3. O estudante surdo participa de todas as atividades realizadas em sala?
4. Você usa alguma metodologia diferenciada durante as aulas, para garantir a participação efetiva do estudante surdo?
5. O atendimento educacional especializado tem sido suficiente para o desenvolvimento satisfatório do estudante surdo?
6. Existe um professor apoio ou um interprete de Libras para auxiliar durante as atividades em sala de aula?
7. Existe uma socialização positiva entre o estudante surdo e os demais colegas? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.
8. A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda do estudante surdo?

9. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?
10. Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno surdo na rede comum?
11. O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas surdas?
12. Os estudantes surdos são alfabetizados em Libras?

**Roteiro de entrevistas para os Professores do AEE - Atendimento Educacional Especializado de Carinhanha**

1. Quantos alunos são atendidos com surdez no AEE?
2. Quais as dificuldades que apresentam?
3. Quais as dificuldades que os professores têm em se trabalhar com alunos surdos?
4. Quais os avanços ocorreram no período de adaptação de alunos com surdez?
5. Como é desenvolvido o acompanhamento psicológico destes alunos?
6. São encontradas barreiras na aceitação destes alunos na rede pública?
7. Na interação entre alunos, os mesmos são vítimas de preconceito?
8. Como o professor lida com estes casos?
9. Como é possível alcançar o que se espera da inclusão de alunos com deficiência na rede pública de ensino?
10. Como profissional, como vê a inclusão de alunos com surdez na rede pública?
11. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?

12. O Período dedicado ao atendimento educacional especializado no contra turno da escola é suficiente para obter resultados satisfatórios junto aos estudantes?

As questões foram elaboradas com base no referencial teórico, buscando entender melhor os apoios disponibilizados a aprendizagem do estudante surdo.

#### **4.6. Procedimentos de Construção de Dados**

A pesquisadora procurou a gestão da Escola Classe, momento que foi lhes apresentado o projeto de pesquisa que seria realizada a partir da aplicação do instrumento de coleta. Após ser autorizada, teve início com o convite para o corpo de professores que trabalham com estudantes surdos. Os professores que se voluntariaram, assinaram o termo de consentimento em que contavam os métodos e objetivos empregados na pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com base em um cronograma previamente acertado com os professores entre os meses de setembro e outubro de 2015. As entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas para um arquivo.

#### **4.7. Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados foram analisados conforme os registros das informações, organizadas em tabelas divididas por participante e por pergunta, para que depois fossem categorizados.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUADRO 1. Dados de análise dos professores entrevistados			
Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico	Objetivos	Resultados	
	Objetivo Geral	Professora A	Professora B
O que tem-se buscado através das lutas de pais e organizações não governamentais ao longo dos tempos é que as pessoas com necessidades especiais pudessem ter tratamento igualitário.	Observar a rede municipal de educação de Carinhanha está suficientemente preparada para inclusão dos alunos surdos em salas regulares do ensino comum.	Conforme Antonieta salienta, o Núcleo procura acolher as crianças surdas, contudo o trabalho ainda é precário devido a falta de uma equipe.	Josefina salienta que é preciso que se garanta de fato o que estabelece a Lei. Então conclui-se que considera que a inclusão ainda não é o que se espera de fato.
Conjuntamente com o direito a educação que é garantida por lei, a pessoa surda teve também garantido o direito ao reconhecimento de suas habilidades, como também a promoção de mecanismos para o desenvolvimento destes no espaço escolar.		Josefa deixa claro que devido a falta de estrutura física e preparo por parte dos profissionais o aprendizado é precário.	Mariana informa que é preciso que as instituições façam de fato o que lhes compete para que a Lei seja cumprida e assim haver a inclusão par o aprendizado do aluno.

FONTE: o autor (2015)

## CONTINUAÇÃO - QUADRO 1

<b>Tópicos da Revisão de Literatura ou Referencial Teórico</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Educadores do AEE</b>	<b>Educadores da Escola Classe</b>
Ao adentrarmos na questão da comunicação e linguagem dos alunos surdos, esbarramos no discurso de despreparo por parte dos profissionais e a ausência de recursos especializados para o trabalho com estes alunos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar quais as dificuldades são encontradas pelos professores na realização das atividades e trabalhar com alunos surdos;</li> </ul>	Antonieta, afirma que uma das maiores dificuldades está na comunicação, com aluno surdo.	Josefina relata varias dificuldades: falta de apoio especializado; estrutura física insuficiente.
		Para Josefa o maior problema está na comunicação, interação e entendimento das atividades.	Mariana destaca que é preciso instrumentos educacionais adequados; professores especializados na área.
Desta maneira, a discussão acerca da inclusão vem estabelecer a partir de um ponto de interrogação e de reticências, focando a discussão acerca das pessoas com deficiência auditiva, e saber que estes tem sua linguagem própria - a LIBRAS e o português escrito como segunda língua.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Analisar se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é utilizada em sala de aula;</li> </ul>	Antonieta, afirma que tem um entendimento básico em LIBRAS, contudo ainda é insuficiente. Os alunos não sabem.	Josefina afirma que tem pouco conhecimento de LIBRAS. Entre os alunos não é utilizado.
		A Professora Josefa não tem domínio de LIBRAS e os alunos também não. Se comunicando através de gestos.	Mariana, não tem conhecimento nenhum de LIBRAS e não tem suporte especializado. Os alunos não têm conhecimento nenhum.
O projeto nacional para a educação verifica que existe toda uma complexidade e que é preciso suplantar todas elas, para que se consiga consolidar as normas que foram sancionadas para o desenvolvimento estudantil inclusivo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Verificar se são desenvolvidos métodos e técnicas didáticos diferenciados com alunos surdos na rede regular de ensino;</li> </ul>	Conforme Antonieta salienta, existe o planejamento voltado para o trabalho com a criança surda.	Josefina esclarece que a metodologia que utiliza é pelo uso da fala, voltada especificamente para a aluna para que esta entenda.
		Josefa que desenvolve o trabalho planejando conforme a necessidade específica do aluno.	Mariana faz uso de objetos e desenhos, para facilitar o entendimento.
Enfim o Brasil procura adotar medidas, para a inclusão desses estudantes criando meios para que o processo de inclusão deixe de existir apenas no discurso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investigar como está sendo a inclusão de alunos surdos na rede pública municipal de ensino.</li> </ul>	Conforme as repostas da Antonieta, podemos considerar que a inclusão ainda requer uma maior estruturação.	A professora Josefina argumenta que apenas a matrícula na rede não garante o aprendizado.
		Conforme Josefa ainda é preciso muito para que esta ocorra de forma satisfatória,	Mariana pra haver aprendizado é preciso

		revendo a forma como tem sido feita.	atendimento diferenciado. Com equipe especializada e materiais específicos.
--	--	--------------------------------------	---

FONTE: o autor (2015)

Após as observações iniciais, para que possamos analisar mais precisamente todos os dados obtidos com a pesquisa, as tabelas a seguir mostram as respostas obtidas com as entrevistas, que foram divididas em três partes fundamentais, das quais tratam sequencialmente da entrevista com os professores do Atendimento Educacional Especializado de Carinhanha. Dos professores da Escola Classe. Vejamos as tabelas a seguir:

### 5.1. RESPOSTAS DAS ENTREVISTAS DOS PROFESSORES DO AEE

QUADRO 2. Quantos alunos são atendidos com surdez no AEE?	
Antonieta	Atividades diferenciadas: leitura de imagens, oralidade e jogos.
Josefa	Interação na realização das atividades, nas brincadeiras, a uma socializam boa, mas tem alguns que recusam a realizar trabalhos coletivos.

FONTE: o autor (2015)

O Atendimento Educacional Especializado de Carinhanha tem acompanhado o desenvolvimento de crianças com surdez. Segundo as respostas dos entrevistados são 6 crianças ao todo. O que nos leva a considerar que é um número relativamente baixo, por de fato haverem poucos surdos em idade escolar; a outra hipótese é a de que os demais alunos surdos da rede regular não frequentam o AEE, quais seriam os motivos? Diante desta perspectiva é preciso considerar as dificuldades enfrentadas por estas crianças diante do processo de inclusão, levando-se em conta o contexto familiar, cultural e social.

QUADRO 3. Quais as dificuldades os estudantes surdos apresentam?
--

Antonieta	Entender de forma clara o que é passado para eles.
Josefa	Entender as instruções passadas.

FONTE: o autor (2015)

A maior dificuldade apontada nas entrevistas foi em relação ao entendimento, ficando claro que as crianças sentem dificuldade em acompanhar e decodificar as informações que lhes são transmitidas em sala de aula, o que reflete nas avaliações e no desempenho geral do estudante em sala de aula. Os apontamentos destacam neste sentido, que é necessário que exista uma troca eficaz de informações, não só do professor para com o aluno, mas é preciso que os estudantes se comuniquem entre si, e para tal é fundamental o uso da linguagem e no caso dos alunos surdos, a língua de sinais, como elemento indispensável.

QUADRO 4. Quais as dificuldades dos professores em trabalhar com alunos surdos?	
Antonieta	É na comunicação.
Josefa	A maior dificuldade é de comunicação entre os pares.

FONTE: o autor (2015)

Nesta questão que aborda as dificuldades enfrentadas ao se trabalhar com crianças surdas, os professores entrevistados sentem a mesma dificuldade, "a comunicação". As professoras não têm domínio apropriado da língua de sinais, no caso de uma delas o conhecimento é muito limitado, impedindo assim que exista a troca de informações precisas e com o estudante surdo, o desenvolvimento escolar fica completamente comprometido, pois a linguagem tem um papel decisivo no processo de ensino-aprendizagem. Isto ainda é mais preocupante se tratando do AEE, que em tese deveria servir como apoio as dificuldades já enfrentadas pelo estudante surdo na escola regular.

QUADRO 5. Quais os avanços ocorreram no período de adaptação de alunos com surdez?	
Antonieta	A interação e o desempenho nas atividades propostas.
Josefa	Os avanços são possíveis, pois observa-se que o aluno surdo tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte. Eles não têm impedimentos no



	desenvolvimento cognitivo.
--	----------------------------

FONTE: o autor (2015)

No quesito avanços, ambas as respostas são positivas. Pois indicam que os alunos conseguiram algum desenvolvimento, no período de adaptação do aluno surdo nos trabalhos desenvolvidos no AEE. Um dos entrevistados ainda enfatiza que os alunos com deficiência auditiva conseguem aprender, com a mesma desenvoltura que os demais, não tendo "impedimentos para seu desenvolvimento cognitivo". Ou seja, a incapacidade de escutar não causa impedimentos para que a criança possa abstrair conhecimentos e interagir assim como os demais.

Contudo é importante salientar que tudo depende também estímulo que a criança e dos apoios disponíveis.

QUADRO 6. Como é desenvolvido o acompanhamento psicológico destes alunos?	
Antonieta	Através de um planejamento de estudo feito de maneira diferenciada para cada aluno.
Josefa	Através de um planejamento de estudo realizado de forma diferenciada em cada tipo de estudante, enfatizando as características pessoais do aluno surdo e suas necessidades imediatas.

FONTE: o autor (2015)

Segundo as respostas obtidas nas entrevistas, a forma de atuação baseia-se no planejamento individualizado, enfatizando as necessidades de cada estudante. Este fato é de suma importância, por que cada criança tem seu tempo, como também suas limitações são diferenciadas, e o planejamento sistematizado possibilita que se tenha uma análise acurada do aluno, bem como, dos aspectos que devem ser abordados para sanar as suas dificuldades. Cabendo ao professor a tarefa de trabalhar buscando conhecer e reverter problemas de aprendizagem no decorrer do processo educativo.

QUADRO 7 . São encontradas barreiras na aceitação destes alunos na rede pública?	
Antonieta	Não.
Josefa	Sim. Muitos professores acreditam que sua formação não está adequada para trabalhar

	com aluno surdo.
--	------------------

FONTE: o autor (2015)

Existe neste questionamento uma divergência quanto a questão da aceitação dos alunos na rede pública, enquanto um professor foi taxativo ao responder "não", o outro estabelece que existe a alegação de despreparo por parte dos professores para trabalhar com o aluno surdo. Seria esse o discurso utilizado para não aceitar o aluno? Ou de fato essa "formação não adequada" impacta na aceitação de trabalhar com o aluno?

O não consenso nos leva a inferir que mesmo com a lei que obriga a inserção destes alunos na rede pública em igualdade com os demais estudantes, ainda não existe um entendimento comum quanto à plena aceitação e concordância dos professores em relação à presença do aluno com deficiência na sala de aula comum do ensino regular.

QUADRO 8. Na interação entre alunos, os mesmos são vítimas de preconceito?	
Antonieta	Não. Há uma boa interação, pois crianças normalmente não são preconceituosas.
Josefa	Muitas das vezes sim devido à falta de informação. É necessário que haja mudanças de atitude quanto à diferença, principalmente a não rejeição dos alunos com deficiência.

FONTE: o autor (2015)

Cada professor tem uma visão diferente a partir de sua vivência. Na primeira resposta o entrevistado foi enfático ao dizer que "Há uma boa interação", pois, as crianças segundo o mesmo, "não são preconceituosas", deixando subentendido que em sua concepção o preconceito é adquirido, assim crianças não são preconceituosas.

Josefa tem uma opinião oposta, ao informar que existe rejeição por parte dos alunos que não tem problemas de audição. Não existe um consenso entre os dois entrevistados, ponto este que pode mostrar diversos aspectos a serem observados. Como o preconceito tem se manifestado? Este é de fato é enfático o suficiente para que seja percebido? Este depende da forma que se trabalha em sala de aula?

QUADRO 9. Como o professor lida com estes casos?	
Antonieta	Sempre conversando e procurando desenvolver a igualdade.
Josefa	Dialogando e tentando desenvolver o sentimento de igualdade, proporcionando a interação e a inclusão dele como um ser capaz.

FONTE: o autor (2015)

Quando questionados acerca da forma que lidam com casos de preconceitos em sala de aula, ambos relatam a "conversa ou diálogo" é crucial para o desenvolvimento do sentimento de igualdade e para lidar com casos de preconceitos. Nesta questão fica claro que o problema existe e que é preciso lidar com o preconceito em sala de aula em algum momento, explicando sobre as diferenças e apontando formas saudáveis de convivência.

QUADRO 10. Como é possível alcançar o que se espera da inclusão de alunos com deficiência na rede pública de ensino?	
Antonieta	Com a participação de todos. Poder Público, assistente social, neuro psicólogo, toda comunidade e especialmente os pais.
Josefa	Aqui cabe dizer que a inclusão deve ocorrer com a adequação das escolas para atender as necessidades que cada tipo de deficiência exige fato indicativo de há um longo caminho a ser percorrido.

FONTE: o autor (2015)

Aqui ambos entrevistados deixam claro que o problema da inclusão está além dos problemas com a linguagem, enfatizando que é preciso a união de esforços para se alcançar um processo de inclusão que não leve em conta apenas a aparência. É preciso se criar formas de pensar que a, "educação é investimento, é desenvolvimento, é libertação, é justiça social. MELLO (2010 pg. 138.)

Conforme responde a professora Antonieta, é preciso uma equipe para atuar com estes alunos e a colaboração da sociedade e da família.

A Professora Josefa ressalta que é preciso uma escola adaptada para atender as necessidades de todos, focando as necessidades individuais de cada aluno.

QUADRO 11. Como profissional como você vê a inclusão de alunos com surdez na rede pública?	
Antonieta	Como uma ótima tentativa de incluir.
Josefa	Observo que há a necessidade de rever a forma como o processo de inclusão vem sendo realizado, isto porque os professores e funcionários não estão capacitados para atender alunos com surdez.

FONTE: o autor (2015)

As respostas assim organizadas mostram o Atendimento Educacional Especializado como suporte à escolarização regular, ainda tem que ser aprimorado. Algumas questões que lançamos no decorrer da análise servem de encaminhamento para repensar as dificuldades reconstruídas. Isto, para que a inclusão ocorra tal como preconizada na Lei e nas políticas públicas.

Para Antonieta a inclusão é considerada uma "tentativa", assim podemos considerar a que ela percebe a inclusão como inacabada, ou seja, a inclusão não acontece de fato apenas tenta-se sua consolidação, sem que ainda efetivamente aconteça. E já na visão de Josefa, existem pontos de crítica a forma como tem ocorrido o processo de inclusão, apontando para falta de capacitação dos profissionais envolvidos, não sendo eles especialistas.

QUADRO 12. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?	
Antonieta	Tenho o curso iniciante em LIBRAS, gosto de trabalhar com alunos com deficiência. O apoio que temos é o AEE.
Josefa	Não. Preciso de qualificação como formação em LIBRAS e a presença de alguns especialistas como: fonoaudiólogos e psicólogos trabalhando em conjunto.

FONTE: o autor (2015)

Aqui são colocadas duas questões fundamentais, pois além de se sentir qualificado para a área que o atua, o professor também deve obter o apoio que precisa. Em sua resposta a professora Antonieta, afirma gostar de trabalhar com alunos com deficiência e diz ter curso inicial em LIBRAS. Contudo será que este preparo o que nas questões anteriores já foi averiguado ser insuficiente para atender as necessidades dos estudantes surdos, então consideramos a falta de formação específica para função.

No caso de Josefa, a mesma afirma não se sentir preparada para trabalhar com alunos surdos e defende a qualificação em LIBRAS como necessidade premente, bem como a atenção de uma equipe multidisciplinar para o desempenho de um trabalho de qualidade.

QUADRO 13. O Período dedicado ao atendimento educacional especializado no contra turno da escola é suficiente para obter resultados satisfatórios junto aos estudantes?	
Antonieta	Poderia ser melhor se houvesse um acompanhamento familiar e um olhar

	diferenciado do poder público.
Josefa	Não é suficiente. É necessário satisfazer as necessidades específicas do aluno para que ele possa aprender a desenvolver seu potencial.

FONTE: o autor (2015)

O atendimento educacional especializado foi considerado insuficiente por ambas as entrevistadas. Cabendo uma parte fundamental no processo de ensino a participação familiar e o atendimento individualizado com o aluno surdo para que este possa de fato desenvolver suas habilidades intelectuais e de comunicação.

As entrevistas também salientam que é preciso um olhar "diferenciado do poder publico", contudo, questionamos: qual seria a postura a ser adotada pelo poder publico para trazer melhorias para o atendimento do aluno surdo na rede regular e nos centros especializados? Muitas seriam as respostas, salientando que apenas abrir as portas das escolas garante a inclusão em sala, mas não o aprendizado propriamente dito.

## 5.2. Respostas das entrevistas dos professores da Escola Classe

QUADRO 14. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda qual o método de comunicação usado com o estudante surdo?	
Josefina	Sim, muito pouco, porque sei pouco. Uso também gestos e a leitura labial.
Mariana	Não. Confeccionei números e o alfabeto em LIBRAS, ilustrado, coloquei na parede da sala, expliquei para ela, mas não funcionou, até porque não tenho o curso de LIBRAS. Nós comunicamos mesmo é através da mímica.

FONTE: o autor (2015)

Quando questionados acerca do uso da LIBRAS em sala de aula, os entrevistados alegam ou que sabem pouco ou que não tem nenhum conhecimento. Fazem apenas uso de gestos, leitura labial e mímica, para se comunicar com as crianças surdas. Aqui devemos chamar atenção para o fato de que a criança surda, também não tem conhecimento de LIBRAS, ou seja, não tem domínio da Língua Portuguesa por ainda estar sendo alfabetizada e também não conhece a Língua Brasileira de Sinais, estando excluída de qualquer uso oficial da linguagem, assim da semântica e da hermenêutica. KELMAN e COSTA (2013 pg. 441) "A priorização da língua de sinais como meio de instrução para a educação do surdo oportuniza

momentos de troca de experiências e maior interação entre professores e alunos, desse modo, a aprendizagem se dá em diferentes momentos e espaços".

QUADRO 15. Os demais estudantes fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda como ocorre a interação entre os demais estudantes e o estudante surdo?	
Josefina	Sim, apenas uma (e muito pouco) os demais alunos não usam; para se comunicar com a aluna da turma eles utilizam a leitura labial.
Mariana	Não. Os demais estudantes comunicam com ela através da mímica, mas com algumas dificuldades. Porém, duas colegas conseguem entender melhor, e isso facilita a interação entre a turma, o que me ajuda muito.

FONTE: o autor (2015)

Acerca do uso de LIBRAS entre os alunos para se comunicarem as respostas também foram negativas. A forma de comunicação utilizada em sua maioria é a mímica. A interação é dificultada pela falta de conhecimento em LIBRAS e só tem facilidade quem sabe muito pouco.

QUADRO 16. O estudante surdo participa de todas as atividades realizadas em sala?	
Josefina	Sim.
Mariana	Sim, mas na maioria das vezes com dificuldades e nem sempre os objetivos são alcançados.

FONTE: o autor (2015)

Acerca da participação dos alunos surdos as respostas foram positivas, contudo existe a ressalva de que os objetivos não são alcançados ou em o são parte devido a dificuldade de comunicação.

QUADRO 17. Você usa alguma metodologia diferenciada durante as aulas, para garantir a participação efetiva do estudante surdo?	
Josefina	Sim. Além de explicar no geral (pra todos) sento ao lado dela e falo tudo calmamente para que ela perceba e entenda.
Mariana	Tento fazer o melhor; o ditado ao invés de palavras, com ela uso objetos, apresento para a aluna, ela escreve algumas palavras e a maioria ela desenha. O que mais dificulta é que apesar de está no 5º ano a aluna não é alfabetizada.

FONTE: o autor (2015)

No que tange a metodologia utilizada especificamente para o aluno com surdez as respostas indicam claramente não terem técnicas especiais cientificamente indicadas para o ensino das crianças surdas. Predomina a busca do entendimento através da aproximação e em outro caso o uso de desenhos e objetos para facilitar a escrita, ou seja, prevalece a boa vontade dos professores em tentar soluções criativas para auxiliar o processo de aprendizagem. Observa-se que mesmo no 5º ano os estudantes ainda não estão alfabetizados.

QUADRO 18. O atendimento educacional especializado tem sido suficiente para o desenvolvimento satisfatório do estudante surdo?	
Josefina	Não, a aluna que tenho não recebe atendimento da educação, o atendimento que recebe é em São Paulo, responsabilidade da família.
Mariana	Não, aqui temos o AEE com um número de funcionários pequeno para a demanda e sem formação em LIBRAS, mas a maioria é psicopedagoga e já é de grande ajuda, porém a aluna apesar de ser inscrita, não frequenta a família não leva.

FONTE: o autor (2015)

Quanto ao AEE as respostas foram negativas. Mostrando que o AEE mesmo tendo profissionais formados em psicopedagogia, não dispõe de condições mínimas para oferecer o suporte educacional do estudante surdo, o que impacta diretamente na formação da criança, uma vez que avançam de série sem ao menos serem alfabetizadas.

QUADRO 19. Existe um professor apoio ou um interprete de Libras para auxiliar durante as atividades em sala de aula?	
Josefina	Não.
Mariana	Não, conto com a ajuda de nenhum outro profissional na sala; nem na escola, pois ninguém tem o curso de LIBRAS.

FONTE: o autor (2015)

Em relação a profissionais formados em LIBRAS para dar suportes aos professores da rede regular de ensino, ambos os entrevistados informam que não existe este profissional nas escolas e nem no centro de AEE. "Assim, de forma contraria ao disposto no decreto, a política, ao orientar sobre a educação de alunos surdos, não deixa claro qual língua deverá ser utilizada pelo professor nas salas de aula inclusivas (Língua Portuguesa ou Libras), desconsiderando o fato de ser impossível o uso de ambas concomitantemente". LODI (2013,

pg. 55) No entanto, estamos constatando o quanto é prejudicial ao estudante surdo a falta de apoio especializado na escola, frente a esta realidade, falta comprometimento do poder público com esta necessidade.

QUADRO 20. Existe uma socialização positiva entre o estudante surdo e os demais colegas? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.	
Josefina	Sim.
Mariana	Muito pouco. Converso muito com eles sobre o assunto e com as duas colegas que tem maior facilidade de se comunicar com ela, as mesmas me ajudam e assim melhoramos a convivência entre nós.

FONTE: o autor (2015)

No que diz respeito a socialização positiva entre os estudantes a resposta do entre da professora Josefina foi positiva, acreditada que não existe problemas quanto a este quesito. Já a professora Mariana informa que a socialização ainda é pouca e que a forma para sanar os problemas é o diálogo.

QUADRO 21. A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda do estudante surdo?	
Josefina	80% não.
Mariana	Não tem estrutura física e nenhum recurso para atender os alunos surdos.

FONTE: o autor (2015)

No que tange a estrutura física e os recursos de apoio necessários para atender aos alunos com deficiência auditiva, ambos os entrevistados responderam que não tem estrutura ou recursos para fazer o atendimento destas crianças.

QUADRO 22. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?	
Josefina	Não.
Mariana	Não, mas me esforço, informo e procuro fazer o melhor que posso. Não existe nenhum apoio e nenhum incentivo.

FONTE: o autor (2015)



Os entrevistados afirmam não estar preparados e não ter apoio e incentivo suficiente para trabalhar com alunos surdos.

QUADRO 23. Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno com deficiência auditiva na rede comum?	
Josefina	Receber ao aluno na escola não é problema, porém nada adianta matricular o aluno e não possibilitar o aprendizado deste.
Mariana	Pra haver a real possibilidade de inclusão, precisariam de atendimento diferenciado com instrumentos educacionais adequados, professores especializados na área, coordenadores com a especialização e dando suporte ao professor, professor de apoio, intérprete, psicopedagogo, clínico, identificando os alunos com aluno deficiência dentro das escolas, encaminhando para o AEE.

FONTE: o autor (2015)

Mais uma vez os professores afirmam que é preciso mais que uma matrícula na rede regular de ensino, sendo necessário que uma equipe multifuncional esteja apostos na escola e que recursos sejam dispostos para o trabalho com aluno surdo. E que o apoio fora da escola no AEE seja de fato especializado.

QUADRO 24. O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência auditiva?	
Josefina	Garantir o que diz a lei.
Mariana	Cumprir o que é garantido por lei na Constituição e as Instituições Educacionais, fazerem o que lhe compete.

FONTE: o autor (2015)

Para garantir que o aluno surdo de fato tenha acesso ao aprendizado os entrevistados afirmam que é preciso que a lei seja cumprida de fato, através de um maior comprometimento do poder público na estruturação do ensino.

QUADRO 25. Os estudantes surdos são alfabetizados em Libras?	
Josefina	Não.
Mariana	Na Unidade Escolar em que trabalho, não. A minha aluna já tem 11 anos, não foi

	alfabetizada em LIBRAS, está sendo alfabetizada através da minha experiência.
--	---

FONTE: o autor (2015)

Os alunos surdos não são alfabetizados em LIBRAS, segundo os professores, deixando claro todos os problemas oriundos de uma inclusão que não prevê o ensino nem da língua portuguesa através de métodos especializados, nem da língua brasileira de sinais, as duas línguas oficiais do Estado brasileiro.

### 5.3. Observação do estudante surdo

Para uma melhor caracterização da situação real de estudantes surdos no ensino comum, estudamos dois casos concretos a partir de registros de observação. Apontando os graus de desenvolvimento e as dificuldades apresentadas pelos estudantes no processo de aprendizagem.

Cada fase foi apontada pontuando questões como: Interação em sala de aula com colegas e professor; Comunicação; Aprendizagem; Uso das Línguas Portuguesa e a Brasileira de Sinais; Preparo do Professor uso de LIBRAS; e as dificuldades na aplicação e resolução das atividades. "Como o nome Observação já diz, é necessário observar, basicamente por meio dos sentidos (visão audição, tato, olfato, paladar), para tirar um conhecimento claro e preciso de um objeto de pesquisa".

<b>QUADRO 26. DIAGNÓSTICO I - FEITO COM ALUNA DA REDE REGULAR DE ENSINO</b>	
<b>OBSERVAÇÃO I - 2014 ( BIANCA)</b>	
➤	Turma de 8º ano que na verdade, funciona com os alunos da EJA de 5ª e 6ª, os de 7ª e 8ª.
➤	De início foi observado como a aluna surda se comunica com professores e colegas ouvintes.
➤	A aluna Bianca é muito inteligente.
➤	Conhece a linguagem de sinais (LIBRAS) e consegue fazer a leitura labial durante as atividades.

<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A professora domina um pouco a linguagem de sinais.</li> <li>➤ A estudante Bianca é bem tímida, quase não se comunica com seus colegas, sentando na ultima carteira da fila, ou seja, no fundo da sala.</li> <li>➤ A aluna usa aparelho coclear e já consegue ouvir desde quando a pessoa que fala esteja perto dela.</li> <li>➤ Apresenta dificuldades de entender o que a pessoa está falando não escuta bem caso afastamento de três metros.</li> <li>➤ Ocorreu desenvolvimento depois do uso do aparelho, passando a ouvir e falar. Consegue ler.</li> </ul>
<b>OBSERVAÇÃO II - 2015</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Trabalho em sala com texto: "O poder da superação".</li> <li>➤ Mostra que as pessoas com deficiência podem viver normalmente, de forma produtiva.</li> <li>➤ Retrata fatos de superação de limites e realização de sonhos ao driblando as dificuldades.</li> <li>➤ Durante trabalho ortográfico, as respostas se dão por meio de gestos sinalizando com as mãos.</li> <li>➤ Participação com respostas corretas.</li> <li>➤ Bianca consegue se comunicar por meio de linguagem de sinais, gestos, leitura labial e pela oralidade.</li> <li>➤ Usa aparelho que possibilita ouvir.</li> <li>➤ Falta suporte em sala de aula, pois cada aluno requer assistência individualizada.</li> <li>➤ E preciso lidar com alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem.</li> </ul>

FONTE: o autor (2015)

Analisando a presente tabela podemos perceber como se deu o processo de inclusão da aluna Bianca e seu desenvolvimento durante os anos letivos de 2014 e 2015. Bem como as dificuldades apresentadas devido as limitações da escola ao lidar com alunos surdos. A aluna tem a possibilidade de escutar com aparelho e seu acompanhamento durante as aulas e processo de aprendizagem mostra desenvolvimento e existe a participação em sala, pois conhece a Língua Brasileira de Sinais e já consegue falar. Ou seja, conforme Deus (pg. 3) salienta: "Sempre que a perda auditiva é diagnosticada precocemente, as chances de sucesso na reabilitação são aumentadas, principalmente quando unidas a bons Aparelhos de

Amplificação Sonora Individual (AASI), empenho da família, e constante terapia fonoaudiologia. Com o apoio especializado e no período correto existe a possibilidade de uma maior possibilidade de recuperação e acesso maior a conhecimentos.

Contudo, no que tange a interação entre colegas, nota-se o distanciamento e o acanhamento durante a interação com os demais alunos. Porém demonstra total capacidade para acompanhar os assuntos e aprender como os demais colegas.

O trabalho com texto teve o intuito de esclarecer os problemas referente a deficiência mostrando a superação das dificuldades e assim diminuir o preconceito em sala de aula.

<b>QUADRO 27 - DIAGNÓSTICO II - FEITO COM ALUNA DA REDE REGULAR DE ENSINO</b>	
<b>OBSERVAÇÃO I - 2014 (Taís)</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A aluna Taís não ouve e nem fala.</li> <li>➤ Toda vez que ela faz qualquer registro é necessário intervenção.</li> <li>➤ Evolui do Icônico, nível em que a expressão do pensamento se dá somente através de desenho.</li> <li>➤ Não tendo noção da escrita no sentido propriamente dito.</li> <li>➤ Expressa seu pensamento através de garatuja, rabiscos e gestos.</li> </ul>	
<b>OBSERVAÇÃO II - 2015</b>	
<p><b>I Bimestre</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A aluna Taís não está alfabetizada, mas o desejo e a vontade de aprender é grande.</li> <li>➤ Precisa apenas de ajuda dos profissionais em Libras e fonoaudiólogo.</li> <li>➤ Tem bom comportamento e quando não consegue fazer a atividade demonstra tristeza.</li> </ul> <p><b>II Bimestre</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A aluna sente muita dificuldade para realizar as atividades.</li> <li>➤ Precisa urgente de apoio especializado.</li> <li>➤ Demonstra perda de interesse.</li> <li>➤ Sente dor e incomodo por causa do barulho. (gritos / sonorização alta)</li> </ul>	

- Trabalho com texto: O planeta Lilás.
- Participação mostrando conhecer letras formando ao formar nomes.
- A falta de um intérprete na sala de aula prejudica muito a aprendizagem da aluna surda.
- Demonstra dificuldade entender o que é dito, problemas de comunicação.
- A escrita é boa, contudo não interpreta o que escreveu.
- Se comunica com professores e colegas através de gestos e mímicas.
- Não foi alfabetizada em Libras e nem sua professora domina a linguagem de sinais (Libras).
- Não compreende o que está escrito, portanto não interpreta textos e não resolve as atividades.
- Existe interação com colegas, porém o entendimento entre os pares é quase impossível.
- Portanto, essa aluna necessita urgente de um intérprete, pois sua aprendizagem está sendo comprometida e prejudicada devido não conseguir se comunicar.

FONTE: o autor (2015)

Analisando as observações feitas com as duas alunas em sala de aula é possível considerar que o processo de inclusão é feito sem levar em consideração se os resultados serão de fato alcançados pelos alunos, sem garantir que saiam alfabetizados em nem uma das línguas oficiais, e a partir daí encontra-se prejudicado todo processo e ensino posterior a alfabetização. Não existe no âmbito das políticas educacionais nenhum planejamento específico para ensino da pessoa surda na escola, nem enquanto apoios e nem enquanto programa curricular.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar em Educação Inclusiva, que definimos como a busca pela igualdade de condições de aprendizagem, colocamos as pessoas com deficiência como público alvo. Assim nos orienta a política pública nacional já referida, que busca estabelecer uma forma sistematizada para incluir estas pessoas de forma qualitativa na rede comum de ensino, preocupando - se com a escolarização e o tratamento em condições reais de aprendizagem. Mas, a presente pesquisa mostra que a realidade da escolarização ofertada aos estudantes surdos da rede pública em Carinhanha, está longe de alcançar o propósito de igualdade de

condições para aprendizagem, uma vez que desconsidera o fato de que a criança mesmo sendo surda chega a escola sem o desenvolvimento de uma linguagem estruturada e a escola não está preparada para instruí-la.

Os anos iniciais de estudo lhes apresentam um mundo desconhecido, e o professor diante deste novo cenário de ter que assumir uma sala com aluno sem o desenvolvimento de uma linguística adequada, não sabe o que fazer. No decorrer da análise dos dados foi possível notar com as falas dos professores, suas dificuldades em estar se comunicando com a criança surda e da necessidade de ter apoio durante as aulas. Ao mesmo tempo, foi constatada a boa vontade dos professores em buscar soluções criativas para dificuldades, devendo-se a esta iniciativa o pouco de desenvolvimento que o estudante consegue atingir.

Outro dado a ser ressaltado é que mesmo tendo o AEE, os professores sentem a falta de um apoio especializado para atuar na escola com a criança surda; pelo que se percebe o AEE existe, contudo, os professores e psicopedagogos que atuam na unidade, não têm cursos específicos em LIBRAS, criando um entrave no desenvolvimento do trabalho com os alunos surdos.

Enfim, ao se falar em Educação Inclusiva fala-se principalmente da busca pela igualdade de condições de aprendizagem, fator que coloca a pessoa com deficiência e no caso específico o estudante surdo, como um ente que requer condições diferenciadas para ter um desenvolvimento satisfatório em relação aos estudantes sem deficiência. Esta atenção especial é priorizada em Leis e Decretos como direitos, mas conforme mostra a pesquisa os direitos não lhes são garantidos totalmente na prática. Ou seja, é preciso alimentar os recursos linguísticos e culturais dos alunos é também uma forma de habilitá-los para o enfrentamento de novas realidades; é uma maneira de conferir poder aos cidadãos brasileiros, sobretudo aqueles que se encontram a margem da sociedade. (MELLO, 2010, p. 138)

## REFERÊNCIAS

- ANDRE, M.E.D.A. *Tendências Atuais da Pesquisa na Escola*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32621997000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-32621997000200005&script=sci_arttext)  
Acesso em: 21/10/2015
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1997.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pela Educação Certa: Educação Inclusiva*. Brasília MEC, SEB, 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Parecer CNE/CEB nº 17/2001
- BRASIL, Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação*. Resolução Brasília, MEC, 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/doc/DocumentoFina240415.pdf>  
Acesso em: janeiro de 2015
- BRASIL, Presidência da Republica. *Lei nº 10.436/ 2002*. Brasília: Casa Civil, 2002
- BRASIL, Ministério da Educação. *Conselho Nacional de Educação*. Resolução nº 2. de 1º de julho de 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17625- parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category\\_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17625- parecer-cne-cp-2-2015-aprovado-9-junho-2015&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192) Acesso em: agosto de 2015
- CARVALHO, Rosita Edler. *Removendo as Barreiras para Aprendizagem: Educação Inclusiva*. 2 ed. Editora Mediação. 2002.
- COSTA, Simone Saldanha Carneiro. KELMAN, Celeste Azulay. Representações sociais dos surdos do curso de graduação em Letras-Libras. Capa > Revista Educação Especial, v. 26, n. 46, maio/ago. 2013> Costa Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/5451/pdf>. Acesso em: setembro de 2015
- DEUS, Maria de Lourdes Fonseca de. *Surdez: Linguagem, comunicação e aprendizagem do aluno com surdez na sala de aula comum*. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/05/Maria-de-Lourdes-Fonseca.pdf>. Acesso em: 20/10/2015
- KELMAM, Celeste Azulay. *Letramento do aluno surdo: Considerações sobre compreensão e*

escrita em L2. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/celeste-azulay-kelman-letramento-do-aluno-surdo.html> Acesso em: setembro de 2015

\_\_\_\_\_. *Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue*. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/5698/4710> Acesso em: setembro de 2015

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. 2a. ed. São Paulo: Editora Atlas. 1991. 242 p.

LODI, Ana Claudia Belieiro. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o decreto nº 5.626/05. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004). Acesso em: setembro de 2015

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza . *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: outubro de 2015

MELLO, Heloísa. A. B. *Educação bilíngue: uma breve discussão*. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile>.

Php/243247/mod\_resource/content/1/MELLO%2C%20H.%20A.%20B.%20%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20bil%C3%ADngue%2C%20uma%20breve%20discuss%C3%A3o%20%282010%29.pdf Acesso em: setembro 2015

MEGALE, Antonieta Heyden. *Bilinguismo e Educação Bilíngue* - discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem. Disponível em: [http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_5\\_bilinguismo\\_e\\_educacao\\_bilingue.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_5_bilinguismo_e_educacao_bilingue.pdf). Acesso em: setembro de 2015.



## APÊNDICES

### Apêndice A - Roteiro de entrevistas para o Professor

1. Você faz uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda qual o método de comunicação usado com o estudante surdo?
2. Os demais estudantes fazem uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)? Em caso negativo, responda como ocorre a interação entre os demais estudantes e o estudante surdo?
3. O estudante surdo participa de todas as atividades realizadas em sala?
4. Você usa alguma metodologia diferenciada durante as aulas, para garantir a participação efetiva do estudante surdo?
5. O atendimento educacional especializado tem sido suficiente para o desenvolvimento satisfatório do estudante surdo?
6. Existe um professor apoio ou um interprete de Libras para auxiliar durante as atividades em sala de aula?
7. Existe uma socialização positiva entre o estudante surdo e os demais colegas? Em caso negativo aponte quais ações tem sido tomadas para melhorar a convivência.
8. A escola possui a estrutura física e os recursos necessários para atender a demanda do estudante surdo?
9. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?
10. Em sua opinião, qual a real possibilidade de inclusão do aluno surdo na rede comum?
11. O que ainda pode melhorar no sistema educacional para garantir uma melhor qualidade de vida para as pessoas surdas?
12. Os estudantes surdos são alfabetizados em Libras?

## **Apêndice B - Roteiro de entrevistas para os Professores do AEE - Atendimento Educacional Especializado de Carinhonha**

1. Quantos alunos são atendidos com surdez no AEE?
2. Quais as dificuldades que apresentam?
3. Quais as dificuldades que os professores têm em se trabalhar com alunos surdos?
4. Quais os avanços ocorreram no período de adaptação de alunos com surdez?
5. Como é desenvolvido o acompanhamento psicológico destes alunos?
6. São encontradas barreiras na aceitação destes alunos na rede pública?
7. Na interação entre alunos, os mesmos são vítimas de preconceito?
8. Como o professor lida com estes casos?
9. Como é possível alcançar o que se espera da inclusão de alunos com deficiência na rede pública de ensino?
10. Como profissional, como vê a inclusão de alunos com surdez na rede pública?
11. Você se sente preparado para estar ministrando aulas para estudantes surdos? Existe apoio especializado para trabalhar com estes alunos?
12. O Período dedicado ao atendimento educacional especializado no contra turno da escola é suficiente para obter resultados satisfatórios junto aos estudantes?

## ANEXOS

### Anexo A. Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a)

---

\_\_que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

---

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

## Anexo B. Termo de consentimento da instituição



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*),  
 da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_,  
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas,*  
*observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na*  
*instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A  
 pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e  
 término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela*  
*instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da*  
*instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em  
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição  
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos  
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e  
 bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

## Anexo C. Termo de livre consentimento



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente, \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_

Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_